

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 31

Aos dois dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na terceira reunião da Sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e José Arménio Sequeira Pereira, respectivamente Primeiro e Segundos Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, José Alberto Martins de Carvalho, Artur José Lopes Lobo, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e Sérgio Costa Esperança.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Vitor Manuel da Silva Martins, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Tavares Duarte e Armando Manuel Dinis Vieira, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Jorge Manuel do Nascimento, Ermelinda Clara Ribeiro Costa e Vitor Mangerão.

Imediatamente a seguir entrou-se na ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1994

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 95.04.18: - "CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA RELATIVA A 1994: - No seguimento da deliberação já tomada sobre o assunto em 13 de Março último, foi de novo submetida à apreciação a Conta de Gerência relativa ao ano findo que, após análise e breve discussão, mereceu aprovação, com a abstenção do Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro.

Assim, foi julgada quite a Conta de Gerência relativa ao ano de 1994, a qual apresentou um saldo do ano anterior em dinheiro de duzentos e seis milhões dez mil novecentos e quarenta e sete escudos e quarenta centavos e em documentos de dez milhões trinta mil quatrocentos e setenta e um escudos e cinquenta centavos, o que dá um total de duzentos e dezasseis milhões quarenta e um mil quatrocentos e dezoito escudos e noventa centavos, uma receita de três biliões seiscentos e sessenta e seis milhões novecentos e cinquenta e três mil

cinco escudos e oitenta centavos, uma despesa de três biliões oitocentos e trinta e três milhões cinco mil oitocentos e cinco escudos e trinta centavos, e um saldo para o ano seguinte em dinheiro de trinta e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil e quarenta e sete escudos e noventa centavos e em documentos de sete milhões quinhentos e oitenta e nove mil e cinquenta e nove escudos, o que perfaz um total de quarenta e sete milhões quinhentos e quarenta e sete mil duzentos e seis escudos e noventa centavos."

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 95.04.18: - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1994:

- O Sr. Presidente apresentou o documento em epígrafe, o qual havia sido previamente distribuído por todos, fez uma longa explanação do mesmo e submeteu-o à consideração, após o que se seguiu troca de impressões sobre o seu conteúdo em que intervieram todos os Membros do Executivo. Feita a votação, o documento em causa mereceu aprovação, com a abstenção do Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro, que fez a seguinte declaração de voto: "Abstive-me apesar de ter em consideração os seguintes pontos: 1 - o esforço feito por este Executivo no sentido de superar as dificuldades criadas pela saída do Dr. Girão Pereira, cuja gestão era extremamente carismática, personalizada e, naturalmente, centralizada; 2 - a implementação de um clima de diálogo e participação de todo o Executivo, incentivado pela actual Presidência; 3 - o cuidado posto em algumas áreas de intervenção ao apresentarem o trabalho realizado de uma forma articulada e com sentido de projecto, como podemos constatar, por exemplo, no domínio da cultura. Contudo, continuo a sentir, tal como afirmámos aquando da declaração de voto na apresentação do Plano de Actividades a que este Relatório se refere, que não existe um sentido de projecto que ligue as intervenções sectoriais, sentido esse que nos permita compreender as interdependências entre as diversas acções realizadas. Daí que encontre neste Relatório, actuações referentes a um determinado sector de actividade, espalhadas por várias rubricas. Está ainda ausente o sentido crítico em relação ao que se fez, sentido ou consciência crítica que é, quanto a mim, a base que permitirá dar saltos em frente na intervenção deste Executivo. Um Relatório não é

nem pode ser um somatório de acções realizadas. A filosofia que lhe esteve subjacente tem de estar aí presente. Continuam também a ser perceptíveis as fragilidades de intervenção em sectores sobre os quais tenho vindo chamar a atenção, nomeadamente reestruturação da orgânica dos serviços, educação, planeamento e urbanismo, turismo e relações internacionais. Finalmente, esta abstenção significa uma chamada de atenção para a necessidade de se levar a cabo uma reflexão profunda do que deve ser hoje uma intervenção autárquica que pretenda afirmar Aveiro como Região de referência nesta passagem de século e neste tempo de mudança onde novos paradigmas começam a emergir e novas formas de gestão e participação devem ser urgentemente postas em prática."

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1994

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do documento em epígrafe, tendo-se colocado de seguida ao dispôr dos membros da Assembleia para eventuais esclarecimentos sobre matéria contida no mesmo.

Aberta a discussão, usou da palavra o:

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me canso de o dizer e, penso que já não é a primeira vez que digo isto, o Relatório de Actividades é, de acordo com a lei o documento em que se explicita a execução do Plano de Actividades do ano anterior e deve constituir um meio privilegiado para permitir o controlo político por parte das Assembleias Municipais, e o controlo social que deve ser exercido por parte dos cidadãos. É um documento de primordial importância, pois quando devidamente elaborado deve permitir medir o grau de eficácia de um Executivo, deve permitir verificar se aquilo que o Presidente da Câmara e os seus pares da Vereação, aqui nos propuseram e nós aprovámos, foi ou não realizado. É um documento que deve informar do que foi feito, e, fundamentalmente das razões que levaram o Executivo a não fazer aquilo que anteriormente nos tinham convencido de que era preciso fazer. Esse Relatório deve assim, dar condições para que os munícipes tenham a possibilidade de julgar da eficácia do Executivo e, de acordo com esse

juízo dar-lhe ou não a bondade do seu voto em próximas eleições. A nós, membros desta Assembleia e representantes legítimos dos munícipes, deve-nos capacitar para a sua discussão e votação, de molde a podermos contribuir para a formação da opinião pública sobre a eficácia do Executivo, discutindo entre outras coisas o que fez e o que não fez, bem como as razões das opções tomadas. São estas as regras do sistema democrático que não gostaríamos de ver corrompidas pela mesquinha cegueira do vão e efémero poder.

Sr. Presidente, o Partido Socialista tem feito um esforço muito grande e vastas vezes não totalmente compreendido no sentido dos documentos que são trazidos a esta Assembleia apresentarem um nível mínimamente compatível com a dignidade de um concelho que é capital de um dos mais importantes distritos do país; infelizmente, temos de constatar que os progressos são muito poucos. O Relatório de Actividades, que é um dos documentos políticos da maior importância, tem sido ano após ano, transformado no estendal de uma caricata feira de vaidades, em que os Serviços e o próprio Executivo, procuram demonstrar que fizeram muito e bem, pautando o nível da sua actividade pelo número de páginas que cada um consegue escrever. Mas, o fundamental, aquilo que hoje aqui nos traz, que é a medição da eficácia do Executivo, é completamente posta de parte e escamoteada, certamente porque se não quer que as pessoas façam um juízo de valor do trabalho do Presidente da Câmara e do seu Executivo. Certamente haverá quem não concorde comigo, mas, a esses desafio-os a aqui dizer se conseguem avaliar com os documentos que lhe foram presentes porque é que o Executivo não executou o Plano que aqui aprovámos? quais foram as razões? e por exemplo, porque é que se optou por realizar esta obra e não aquela? - quem conseguir fazer isso, sem uma grande dose de dúvida nas suas conclusões, ou é bruxo ou é possuidor de elementos que aqui não nos foram distribuídos.

Sr. Presidente, é urgente reformular a metodologia deste decalcado documento, quanto mais não seja porque não é legítimo sacrificar boas e abnegadas árvores para imprimir estes arrazoados.

Sr. Presidente, gostaria no entanto de realçar os factos mais marcantes, que pude extrair de uma leitura atravessada do documento, já

que a falta de tempo e, essencialmente o bom senso desaconselham a sua leitura total;

Em primeiro lugar, o Relatório de Actividades é um rosário de desculpas e um muro de lamentações: O nável Presidente da Câmara vem pedir desculpas por não ter feito o prometido por duas ordens de razões;

Por, na sequência das eleições autárquicas ter havido alguns problemas de transição e adaptação do novo Executivo, como se Girão não tivesse sucedido a Girão;

Pela fuga do Dr. Girão para exercer funções na União Europeia;

E, tudo isto embrulhado em tal desplante que, quem não conheça a história, até pode pensar que o Dr. Girão e o Professor Celso chegaram no fim do ano passado a Aveiro e, que o CDS, agora PP, nunca esteve no Executivo Municipal.

As queixinhas são todinhas do PP/PSD - em primeiro lugar porque deixaram acabar o primeiro Quadro Comunitário, sem que o segundo estivesse em vigor, (o que por acaso é verdade);

Em segundo lugar, porque puseram a economia Portuguesa num estado tal, que as receitas normais da Câmara diminuíram;

Se seguirmos o documento, logo na sua primeira página, quando as mais elementares regras do decoro e do bom senso deveriam ter levado a que se precisassem os assuntos pendentes a regularizar com o IGAPHE, ex-FFHabitação e EDP, alguns dos quais como aqui ficou reconhecido pelo Sr. Presidente na última Sessão, eram do seu conhecimento desde Setembro, tudo se calou, o que é no nosso entender de extrema gravidade.

De facto, como alguém aqui disse, só se destapou o buraco quando já não era possível tapá-lo por mais tempo;

As seguintes cento e tal páginas, são um notável desperdício de papel, em que os munícipes são informados de factos de grande interesse entre os quais:

Que a Divisão de Organização e Administração, deu entrada a doze mil trezentas e sessenta cartas (está-se a fazer um grande esforço para que este ano se atingam as vinte mil, pensando-se desenvolver um programa em que cada munícipe tenha de escrever dez cartas por semana à Câmara, para ver se conseguimos atingir esse objectivo);

Que a Repartição de Taxas e Licenças registou quatrocentos e sessenta e um novos cães (peço a vossa atenção para a gravidade deste assunto) e registou quatro novos veículos de tracção animal, embora aqui infelizmente não seja explicitado nem o animal, nem a sua cilindrada;

Mas, é justo que aqui se realce com agrado aquilo que é dito no referente à Cultura a páginas dezassete e seguintes, com direito a intróito e pequeno desabafo lamentativo. Ficámos também a saber que foi felizmente inaugurado o novo ciclo na gestão que faz agora um ano. Pese embora o facto de não termos sido convidados para a dita inauguração, não comungamos aqui da opinião generalizada de que isto é uma "farpita" lançada ao Professor Celso que era o anterior Vereador da Cultura. Ficámos ainda menos angustiados por saber que, se quisermos, ainda podemos adquirir o Boletim Municipal nº 10, pois felizmente ainda há 500 exemplares em stock. Aconselhamos no entanto os retardatários a apressarem-se, pois nos últimos anos já foram vendidos dois exemplares, e, já se ofereceu um, pelo que pode rapidamente esgotar.

Sr. Presidente, um documento que perde tempo com coisas deste jaez, apenas se pode destinar a desincentivar qualquer pessoa de o ler.

Passando àquilo que pomposamente é chamado de Balanço e Situação Financeira, ficámos a saber várias coisas: a primeira coisa, é que se não fossem os quase cento e setenta mil contos que utilizaram do saldo da gerência anterior, tinha havido rupturas de tesouraria durante 94;

Quanto às transferências para as freguesias não podemos de forma alguma compreender a descida de verbas distribuídas, acontecida, a menos que pensemos que o valor, que o alto valor de 93 tenha sido feito por baixas razões de política eleitoralista de que o CDS-PP tem dado tão boas provas.

Mas, Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, piores notícias vêm aí, pois se se cumprirem os valores do Orçamento e Plano de Actividades que aqui aprovámos para 95, cujo valor total, valor do Plano, com precisão era de 190.66% daquele que foi realizado em 93, o valor das verbas distribuídas para as freguesias vai diminuir para muito menos de metade do que foi distribuído em 93. Efectivamente o ano de 95 é um ano longe das eleições, mas talvez as eleições não estejam assim tão longe, se os Presidentes das Juntas de Freguesia do nosso concelho, na sua

maioria homens bons, sentirem que não são mais do que joguetes na mão dos seus patrões do CDS-PP.

Quanto aos mapas globais comparativos de receitas e despesas que existem, neles foi escamoteado o fundamental, que é a comparação entre os valores que haviam sido orçamentados e aprovados e aqueles que se verificaram e, daí, concluo que só não foi feito, porque se fosse feito ficava provada a total ineficácia deste executivo. Tendo oportunamente aprovado um Orçamento e Plano de Actividades no montante de cerca de cinco milhões e cem mil contos, realizou cerca de três milhões e seiscentos mil contos, o que significa um desvio relativamente ao previsto de cerca de um milhão e meio de contos, ou seja quase 30% relativamente ao previsto ou, dito de outra forma, seria necessário um aumento superior a 40% daquilo que fizeram para atingir aquilo que aqui nos tinha sido proposto e que nós de boa fé aprovámos.

Com um grau de eficiência destes nunca Gago Coutinho e Sacadura Cabral, teriam atingido o Brasil, Vasco da Gama, esse, nunca teria passado de Zanzibar.

Interessava saber, isso sim, e já que houve que diminuir despesas, onde é que se verificaram os cortes. Por exemplo: diminuíram-se os custos da Câmara em pessoal? diminuíram-se os custos da Câmara em aquisições de serviços? diminuíram-se os custos da Câmara em produtos de consumo corrente? onde está a tão requisitada reorganização interna? poupou-se em material de transporte? e afinal, as transferências para as freguesias aumentaram ou diminuíram? será que as freguesias tiveram da Câmara mais dinheiro para os seus orçamentos correntes ou o valor total deve-se à finalização de pagamentos de obras prometidas e cuja realização se iniciou antes das eleições autárquicas? e os Serviços Municipalizados? transferiu-se o orçamentado para os Serviços Municipalizados ou continuam estes a ficar para último lugar, só porque a tesouraria não aguenta? não será altura de calar algumas bocas que consideram os Serviços Municipalizados de Aveiro, dos piores pagadores do concelho? porque é que as transferências de capital para os SM de Aveiro, efectuadas em 94, que foram no total de 182 215 contos, ficaram abaixo 101 785 contos do que estava previsto? No entanto para 95 já se prevê pela mesma rubrica transferir 450 mil contos.

Poderíamos ficar aqui Sr. Presidente, toda a noite a fazer perguntas deste tipo, por respeito ao tempo, eu efectivamente não vou continuar, mas gostaria de deixar no ar uma pergunta final - para quando um documento como deve ser?"

Vogal Rosa Pires:

Sr. Presidente, caros colegas, vou também dizer que fiquei desencantado ao ler este Relatório de Actividades, esperava pelo menos uma tentativa de elaborá-lo de forma diferente e, apesar de reconhecer as dificuldades acho que ficou muito aquém daquilo que seria desejável.

A grande questão que se põe é, o que é que significa em termos de gestão do Município continuar a apresentar um Plano desta natureza? qual é o modelo de gestão que ele reflecte?

E, aqui de facto é preocupante e partilho muito do que o Dr. Raul Martins acabou de referir. Discordo francamente deste modelo e, vou dizer onde é que eu acho que ele tinha que ser diferente: - ele tem que claramente definir quais são as grandes questões, sobre que gestão o município se deve debruçar, isto é, grandes preocupações para a gestão do Município são a), b), c), d), etc, tem que dizê-lo com clareza. Depois tem que dizer se são estes os grandes problemas, as grandes aspirações e que exigências é que têm em relação à acção pública do município;

Depois tem que dizer, se aquilo que nós estamos a fazer de que maneira vai ao encontro dessas necesssidades, se estamos ou não estamos a ajudar a resolver problemas, se estamos ou não estamos a ajudar a concretizar essas aspirações. O relatório tem que traduzir isto.

É hoje fundamental perguntar que modelo de gestão municipal o Professor Celso quer adoptar? o Professor Celso tem que dar resposta a esta questão... e tem obviamente que deixar que os documentos que tráz à Assembleia traduzam esse modelo de gestão. Sabemos que a situação de Aveiro não é fácil, temos dito várias vezes que tem que haver uma concertação entre todos para ajudar a resolver, mas há algo que temos que saber evitar: surgiu o Cojo, vamos todos a correr para o Cojo para resolver o Cojo; agora já se fala no Parque Industrial, ou na Feira, e depois vamos todos a correr para decidir, e depois vamos todos a correr apagar o próximo fogo - não é assim que se gere o Município...!, é óbvio que é preciso concertação de pessoas e de Partidos, mas é preciso haver uma noção de consenso alargado sobre quais são as grandes questões, sobre

quais são as orientações que se quer para o município e, obviamente temos que trabalhar todos, tendo direcções definidas e mínimamente acordadas, não pode ser sem qualquer orientação, sem qualquer percepção de uma visão global.

Julgo que também há outro modelo de gestão que nós também teremos de evitar, foi aquele modelo de gestão que inclusivamente o Dr. Girão Pereira, nesta Assembleia, reconheceu que tinha excessos - ele reconheceu nesta Assembleia que era um modelo de gestão demasiado centralizado que tinha que ser abandonado; nós sabemos neste momento já o que não queremos, não queremos esse, aliás nos últimos tempos demonstraram os riscos que esse modelo pode trazer - não podemos andar a correr a apagar fogos...! agora o Professor Celso tem que dizer qual é o modelo de gestão e tem que saber traduzir nos documentos que traz a esta Assembleia, o modelo de gestão que quer adoptar. E aqui, gostava de dizer com toda a clareza, com toda a frontalidade - não podemos ter uma gestão pura e simplesmente para ir aguentando a Câmara, isto é um risco muito grave! Aveiro não está em velocidade de cruzeiro! Aveiro está a precisar de um salto qualitativo e, isso é perceptível aos olhos de todos nós e, para este salto qualitativo é preciso um modelo de gestão afirmado, onde a tal concertação existe, mas é preciso a afirmação pela positiva de um modelo de gestão. Uma gestão que queira apenas aguentar a Câmara é uma gestão que vai prejudicar Aveiro e que não pode ser aceite por nenhum de nós por dever de consciência. Por isso eu espero, que o próximo Relatório de Actividades seja radicalmente diferente e para melhor, deste que nos surgiu este ano."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, tenho para mim e não é novidade nenhuma, porque isso decorre da natureza deste elemento que hoje nos é presente, que este documento é, ou deve ser a síntese mais ou menos com maior ou menor explanação daquilo que o Executivo fez durante um determinado período, concretamente o ano de 94. É por aqui que nós podemos aquilatar qual a eficiência do Executivo comparando com o Plano de Actividades que oportunamente nos propôs. Penso que o momento essencial para se aquilatar de qual a linha de orientação do Executivo, qual a filosofia dos diferentes objectivos, é

propriamente o Plano de Actividades, aí sim, se devem traçar as orientações.

Neste momento importa saber se fez ou não fez aquilo que se propôs, aquilo que esta Assembleia aprovou.

Quando o Executivo que não é exclusivamente do PP, mas que tem dominância do PP, traça os seus objectivos, penso que o faz de acordo com a filosofia própria partidária, é evidente que as opções do PP não-de ser diversas das opções que eu também respeito, eventualmente da CDU, quiçá do PSD, do PS e por isso o PP se teve maioria, é porque os cidadãos de Aveiro querem que governe de acordo com a sua filosofia, evidentemente auscultando e tendo presente aquilo que é o meio e que naturalmente pressiona. Portanto, penso que é erro dizer-se que esse aspecto tem estado ausente.

Agora quando se questiona se é importante ou não incentivar o debate sobre os diferentes e momentosos problemas que se vão deparando à sociedade de Aveiro, eu acho que é útil sim, mas isso é um objectivo sempre a alcançar, é possível em teoria e até na prática, é possível sempre dizer-se que o debate é saudável e que um debate instalado e atingido até um determinado nível se fôr superior é muito melhor - também não creio que isso tenha estado ausente, isto é em termos gerais o que eu penso da actuação do Executivo e nomeadamente do PP.

Claro que o Plano de Actividades há-de ser em função das receitas, há-de ser o espelho daquilo que hoje infelizmente, não sei se por má governação interna se por pressões externas, é hoje o país, hoje é sabido que o país está mal, há crise na autoridade, há crise no emprego, temos menos indústria, temos menos comércio, temos uma agricultura destruída, quer dizer, nós hoje temos um país com factores de produção completamente destruídos, hoje, é-me lícito pensar e a qualquer cidadão, que somos um país dependente de subsídios do estrangeiro porque os nossos factores de produtividade foram completamente aniquilados, eram maus, mas hoje estão piores, portanto a actividade do Executivo, há-de depender de meios, os meios são escassos e portanto tudo isso hoje tem impacto nas acções dos Executivos, não deste, mas de todos.

Portanto em sede de Plano de Actividades, naturalmente essa pressão que é externa, que nós vivemos neste meio, também condicionou

digamos, a elaboração do Plano de Actividades, mas hoje o que está aqui em causa é analisar o que se fez.

Devo dizer que não fiz uma leitura exaustiva, comparando ponto por ponto, mas tenho razões para não duvidar da exposição inicial que o Sr. Presidente da Câmara aqui fez e, o Sr. Presidente disse muito claramente que, do Plano de Actividades que nós aqui aprovámos e que a Câmara se comprometeu a executar, realizou nada menos do que 75% . Não tenho capacidade técnica para avaliar se isso é bom se é mau, mas por aquilo que ouço dizer, projecto ou Plano de Actividades realizado em mais de 70%, é muito bom, eu diria óptimo. Penso que realmente a Câmara fez um trabalho de execução que não se deve qualificar de mau. "

Vogal Armando Vieira:

Usando da palavra este Vogal considerou que não foram realizados 75% do Plano, nem coisa que se pareça. Acrescentando que na freguesia de Oliveirinha, a que preside, executou-se menos de 20% do Plano de Actividades, o que, em sua opinião não é admissível, dado tratar-se de uma das freguesias mais importantes do concelho de Aveiro.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Vitor Mangerão, apresentou uma proposta, no sentido de se passar de imediato à votação deste ponto, sem discussão na especialidade.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, referiu que, por norma o Relatório é discutido primeiro na generalidade e depois na especialidade; a discussão na especialidade pode ser mais breve ou mais longa, conforme se justificar.

Disse também que a proposta não está perfeitamente formalizada, no entanto pode transmitir esta ideia e propôr à Assembleia, se esta assim o entender, que se considere discutido o documento e se possa passar à sua votação.

Entretanto o Vogal Sérgio Esperança pediu para usar da palavra:

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, era só para dizer que estou de acordo com a proposta, mas antes gostaria de tecer alguns considerandos breves sobre o Relatório de Actividades:

É extremamente difícil para uma pessoa sem formação específica na área, abordar a panorâmica de um Relatório de Actividades,

ai terá algumas condições concerteza para o fazer, já se torna muito mais difícil na minha óptica e concerteza na de muitos dos presentes, entrar no "massudo" da Conta de Gerência, mas há algumas coisas que não queria deixar de referir, como por exemplo a situação financeira:

O Plano de Actividades traduz na nossa perspectiva uma realidade extremamente preocupante - é óbvia, a leitura dos números não engana, as receitas estão a diminuir de um modo assustador condicionando as realizações, não permitindo de algum modo efectuar as despesas que o município, os munícipes, a cidade justificariam. Mas esta realidade tem que ser encarada com outra frontalidade, com outro realismo, é necessário que o Executivo da Câmara se comprometa, apresente à Assembleia Municipal algo de mais concreto, linhas de acção que nós desconhecemos e não podemos desconhecer, temos que, como elementos representativos da população, dos cidadãos de Aveiro, temos que conhecer essas grandes áreas, essas linhas de acção porque de facto os números absorvem-nos mas não nos dão ideia da realidade.

A continuarmos assim, e vendo pelos mapas comparativos que nos foram propostos, em relação aos anos de 92, 93 e 94, vamos assistir a uma atrofia, a uma degradação da nossa cidade e claramente o Executivo Municipal caminhará dentro de muito pouco tempo para uma mera gestão corrente. Não pode o Executivo, não pode esta Assembleia Municipal aceitar uma situação deste tipo, é preciso encarar os problemas e será necessário dar um murro na mesa para inverter esta realidade. Não podemos continuar à esperta da galinha dos ovos de ouro, da panaceia que têm constituído os fundos comunitários até há algum tempo; eles são limitados, a prazo, e, na perspectiva que aqui vem, até não terá havido um aproveitamento tão exaustivo como provavelmente deveria, e, isto talvez já pelas grandes dificuldades económicas da própria Câmara, desse apoio, não será difícil prever que sem estas verbas dentro de pouco tempo, isto provavelmente também se passará na generalidade do país, mas concretamente aqui em relação à cidade, não seremos mais que uns meros espectadores no palco dos actores da União Europeia, vamos ficar de braços cruzados, provavelmente incapazes sem termos nada a fazer, será que não há nada a fazer? será que há a tendência para uma inércia? não é possível aceitar este modus vivendi na actual situação.

Também nos parece pelo que vem inscrito no Relatório de Actividades, demasiado sintético, para não dizer demasiado pobre, o que vem referido como as "relações com a Administração Central", no ano de 94 praticamente o que se passou foi negociação, foi tentativa de protocolos, acordos de portocolos; objectivamente aquilo que nos parece foi que o ano de 94 se passou em meras negociações. Terá isto a ver com a incapacidade económica óbvia do Executivo como viemos a ter conhecimento posteriormente, relacionado com as dívidas assustadoras que tem o actual Executivo? Não podemos considerar que este Relatório de Actividades, de algum modo transmita uma ideia positiva da actividade do Executivo e, sobretudo é triste assistirmos a um mero descritivo, sem uma palavra de orientação de perspectivas que sejam abertas. No ano de 95 pensamos que as coisas serão ainda piores."

Presidente da Mesa:

Salientou que seria conveniente desde já clarificar se os trabalhos vão prosseguir com a apresentação e discussão por objectivos, da matéria em apreço, ou se se vai ficar unicamente pela discussão na generalidade.

Imediatamente a seguir, colocou à votação da Assembleia a proposta de se fazer a votação de seguida à discussão na generalidade, tendo a mesma sido aprovada por vinte e quatro votos a favor, dois contra e três abstenções.

Seguidamente usou da palavra a:

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Em jeito de declaração de voto, votei a favor na sequência das intervenções anteriores à excepção evidentemente da do Dr. Jorge Nascimento, apesar do respeito que me merece, porque sem dúvida rigorosamente nenhuma, passa-se e sucede-se nesta Assembleia uma questão de profunda gravidade quanto a mim. Efectivamente a Câmara Municipal de Aveiro, não demonstra mais uma vez, mas de forma inequívoca e por escrito, ter uma noção ou uma ideia base do que sejam grandes objectivos para uma capital de distrito. Não tem naquilo que apresenta, objectivos definidos, não tem espinha, não tem uma coluna vertebral da qual nos possamos aperceber que objectivos pretende prosseguir com a manta de retalhos, seguindo uma pura política de tocar flauta que, com sinceridade já aborrece e torna os deputados municipais,

Handwritten notes in blue ink at the top right: "Mil", "bem", and "Halter?".

peçoas que praticamente, com os poucos poderes que têm, quase nada podem fazer. Eu entendi, e votei favoravelmente por entender que com esta proposta, é dada à Câmara Municipal, daquilo que aqui percebi, no nosso entender político, uma última oportunidade de ir refazer os documentos que nos apresenta."

Vogal Rosa Pires:

"É apenas uma resposta a alguma coisa que o Dr. Jorge Nascimento referiu e com a qual eu discordo, que é a questão dos 75% ser suficiente. É obviamente um erro grave pensar assim e, eu tenho que dizer isto com toda a clareza, retomando até algumas palavras que a Dra. Virgínia Veiga agora colocou; repare na questão da Rota para a Europa e que foi aqui muito debatida durante o ano anterior, as condições de adesão, para que é que nós aderíamos à Rota da Europa? quais eram os princípios? e uma das questões chave foi a articulação com outros concelhos que nos são vizinhos e, vários de nós chamámos atenção para a necessária articulação com Ílhavo, Albergaria-a-Velha e outros, e, deu até origem a uma polémica interessante sobre como é que se devem interpretar os interesses de Aveiro, quais são os interesses de Aveiro? e até que ponto alguns interesses dos outros concelhos vizinhos, não são também interesses de Aveiro?"

Lancei esta polémica complicada, mas eu acho que se calhar merece que se volte a ela, até pelo seguinte, Aveiro tem que necessariamente olhar muito para além das fronteiras do município, Aveiro tem que ter uma postura regional que nunca teve infelizmente nos últimos anos, deixou cair um aspecto, uma dimensão fundamental da sua identidade e, agora vejamos o que nos diz o Relatório de Actividades - sobre a Rota para a Europa, remete-a discretamente para o âmbito do Turismo, um projecto que eu acho que até se calhar merecia ser desenvolvido, porque deve ter pernas para andar; mas não é só para o Turismo que se fez a Rota para a Europa! e, onde é que entram aqui os 75%?"

A falta de reflexão sobre o que se faz e para que é que se fazem as coisas, é muito grave! e os 75% é uma falácia que pode levar Aveiro a ser muito mal gerido, e, é este o alerta que eu aqui gostava de deixar."

Não se registando mais intervenções e depois do Sr. Presidente ter explanado sobre algumas questões que foram levantadas durante a discussão desta matéria, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Actividades da Câmara Municipal, relativo a 94, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria de quinze votos contra, sendo seis votos contra do PSD, oito votos contra do PS e um voto contra da CDU; doze votos a favor do PP e duas abstenções do PSD.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Joaquim Silveira, nos seguintes termos: - " Declaração de voto do Partido Socialista - votámos contra, porque devendo o Relatório de Actividades ser o documento em que se explicita a execução do Plano de Actividades e devendo constituir um meio privilegiado para permitir o controle político por parte da Assembleia Municipal, tendo em vista a medição do grau de eficácia do Executivo, este, não o permite objectivamente."

Do Vogal Rosa Pires, nos seguintes termos: - " Votámos contra, por o Relatório conter uma total ausência de análise de quais são os problemas, de quais são as oportunidades que cabem ao município, e a forma como as acções do município contribuem para a resolução dos problemas com alcance dessas oportunidades, e, no pressuposto de que tal reflecte uma forma de pensar a gestão do município que é obviamente prejudicial a uma gestão de qualidade para Aveiro."

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - " Sr. Presidente, abster-me, embora reconhecendo as razões que levaram muitas outras pessoas desta Assembleia a votar contra, tenham razão de ser. Tive que me abster para que não seja o povo da minha freguesia vítima dos meus actos nesta Assembleia ou noutros locais. Não quero que o povo da minha freguesia seja vítima de perseguições políticas em função das minhas atitudes."

CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA A 1994

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta e para dizer que deixaria à consideração dos Srs. Deputados Municipais a colocação de questões que entenderem colocar, ficando assim ao dispôr da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Raul Martins para fazer as seguintes interpelações à Câmara: quis saber se o nível de dívidas existente anda perto ou longe daquele que é demonstrado em 31 de Dezembro, muito embora pense que neste momento o teor das dívidas de curto prazo da Câmara, devem andar entre os 450 e os 500 mil contos, excepto, se se parou com as facturações para essa dívida não se agravar.

Quis também ser informado, porque é que existem tantas rúbricas de terrenos em nome do Vereador em exercício permanente;

Disse achar também estranho o facto de serem feitos tantos contratos e alguns deles com o visto do Tribunal de Contas e, na maior parte dos casos, os valores dos contratos não são os valores que são pagos, aliás, há muitas divergências entre os valores dos contratos e os valores que são pagos e que muito embora não tenha feito uma amostragem das diferenças, pode dizer que 90% dos contratos que são celebrados têm diferenças, na grande generalidade para mais, nunca se vendo diferenças para menos, pelo que manifestou o desejo de que a Câmara lhe explique as razões que motivam esta situação.

Finalmente quis saber se há alguma retenção no FEF que esteja a ser feita pela Administração Central.

Entretanto saiu da sala o Vogal Fernando Marques.

Vogal Sérgio Esperança:

Disse também que não conseguiu perceber a questão dos terrenos em nome do Vereador em exercício permanente, pelo que solicitou explicações.

Usando novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, informou que a dívida da Câmara neste momento ronda os 450 mil contos. Acrescentou que tal montante, resulta também do facto da não entrada de receitas na Câmara, já que neste momento a Câmara deveria de ter já nos cofres metade dos 650 mil contos da Contribuição Autárquica e, nesse caso a dívida já não seria tão elevada. Informou também que em obras em

curso e adjudicadas e requisições cabimentadas, a Câmara tem que pagar um milhão cento e sessenta mil contos.

Esclareceu que o nome do Vereador na questão dos terrenos, resulta do facto de ser esse Vereador que vai assinar a escritura e entregar o cheque no momento da escritura.

Relativamente à diferença dos contratos deve-se essencialmente e só, a trabalhos a mais e a revisões de preços nos termos da lei.

No que se refere ao FEF, há de facto uma retenção por parte da Administração Central de 8 400 contos mensais, resultante da questão com a EDP.


Entretanto saiu da sala o Vogal João Barbosa.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a Conta de Gerência da Câmara Municipal, relativa a 94, tendo a mesma merecido aprovação por onze votos a favor do PP, seis votos contra do PSD e dez abstenções, sendo sete do PS, duas do PSD e uma da CDU.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Rosa Pires, nos seguintes termos: - "Votámos contra, porque entendemos que não devemos dissociar as Contas de Gerência, do Relatório de Actividades, e das preocupações sobre a qualidade do modelo de gestão que, a propósito do Relatório de Actividades tecemos."

PONTO Nº 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1994.

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 95.04.18: - " SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1994: - Foram de seguida submetidos à apreciação os documentos acima indicados, que também haviam sido previamente distribuídos. Após análise e breve troca de

impressões, procedeu-se à votação, tendo os documentos merecido aprovação, com a abstenção do Vereador Sr. Dr. Carlos Fragateiro." 

No uso da palavra o Vereador Vitor Silva, começou por dizer que, em relação ao Relatório de Actividades houve a preocupação de ser o mais esclarecedor possível. Todavia e para não roubar muito tempo à Assembleia, disse que ficaria à disposição da mesma para eventuais questões que os seus membros queiram colocar relativamente a este documento.

Em relação à Conta de Gerência, disse que foram detectados erros, aquando da passagem da Contabilidade Analítica para a Contabilidade Patrimonial, tendo havido alguma dificuldade na compatibilização dos números. Por tal facto, solicitou à Assembleia para que lhe fosse dado o tempo necessário com vista à correcção desta matéria, até porque estabeleceu já contactos com algumas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, com vista a uma análise detalhada da Contabilidade dos Serviços Municipalizados, referindo em consequência que esta matéria não está em condições de ser apreciada hoje, pelos erros que foram detectados na passagem da Contabilidade Analítica para a Contabilidade Patrimonial, passagem essa resultante da obrigatoriedade da lei. Em suma, disse tratar-se de um problema de ordem técnica que o ultrapassou e que ultrapassou o Conselho de Administração.

Vogal Custódio Ramos:

"Se bem percebi das palavras do Sr. Eng^o Vitor, está a propôr a esta Assembleia a retirada da apreciação deste órgão, de um documento que é o Orçamento; por outro lado terá dado a entender que vamos apreciar o Relatório. A questão que se coloca é que, primeiro, um documento é indissociável do outro - penso que quando se apreciar um, deverá ser apreciado o outro.

A propósito disto, queria perguntar se a Câmara, enquanto órgão colegial que tem a tutela dos Serviços Municipalizados, sendo certo que esta Assembleia funciona na base de propostas da Câmara, se está de acordo com a proposta feita pelo Vereador Vitor Silva?"

Vogal Raul Martins:

"Comungo inteiramente das ideias aqui lançadas pelo meu camarada de bancada Custódio Ramos, mas o momento exige-me duas

palavras de reflexão sobre outros assuntos: é, de facto por parte do Sr. Engº Vitor, que é o Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, um acto de coragem, de muita coragem política, de vir aqui dizer:" as contas não estavam em termos de vir a esta Assembleia, eu retiro-as - mais, estou a fazer com que haja uma entidade independente que me verifique as contas, de modo a eu entrar aqui de cara lavada".

E, é tanto mais importante, quando as contas tinham sido aprovadas pelo Conselho de Administração e tinham sido aprovadas inclusivamente com louvor... é assim, são coisas que acontecem e ninguém está livre delas. É um acto de grande coragem política, mas, estou certo também, que o Engº Vitor, está grato à bancada do PS, por ter sido essa bancada a sugerir explicar o porquê e a sugerir que retirassem as contas, porque de facto seria uma vergonha, que ultrapassaria muito esta Assembleia, seria uma vergonha para Aveiro que aquelas contas fossem aqui julgadas.

Sr. Engº Vitor, é para lhe dizer, em meu nome, em nome da minha bancada, louvamos o seu acto de retirar este documento, e, em próxima reunião apreciar a totalidade do documento, ou seja, o Relatório de Gestão e Contas, relativo a 94."

Entretanto saiu da sala o Vogal Martins de Carvalho.

Vogal Vitor Mangerão:

"Primeiro, não percebo o que é que significa verdadeiramente que o Sr. Engº Vitor tenha esperado até hoje, para tomar esta iniciativa de tão grande coragem política. Segundo, o que é que significa verdadeiramente que tenha sido por gentileza da bancada Socialista que o Sr. Engº Vitor tomou essa atitude de grande coragem política; são duas dúvidas para mim muito importantes, que eu gostava de ver aqui esclarecidas - a primeira, porque houve mais do que tempo entre o momento em que foram agendadas as Contas e o Relatório dos Serviços Municipalizados e o dia de hoje, mais do que tempo para ser ensaiado outro tipo de atitude em relação à Assembleia Municipal sobre este ponto. Isto, peço muito desculpa, mas não estou a ver onde é que há a grande coragem política. Se eu quiser simplesmente ver a coisa na perspectiva de quem tem direito de ser oposição, eu diria que o Sr. Engº Vitor não fez senão aquilo a que foi obrigado a fazer - não tinha outro remédio..., simplesmente eu não sei até que ponto é que isso passa por uma questão

de boas vontades e de paninhos quentes, etc., é muito engraçado vir com argumentos desses hoje, quando tantas vezes discutimos de forma tão divergente aquilo que cada um de nós considera os interesses e a dignidade da cidade e do concelho de Aveiro.

Se as Contas têm um problema tão grave, não me basta a explicação excessivamente rápida e sintética de que houve uma transição de um tipo de contabilidade para outro tipo de contabilidade, não percebo nada disso e gostava que me explicassem.

Para finalizar, não percebo onde é que há fundamentação razoável para matéria que está agendada e tem permanecido agendada durante semanas consecutivas, e, hoje, paulatinamente por razões aparentemente de questão técnica/contabilística, retiram-se as contas.

Para mim, as Contas estão agendadas e, não saem da agenda a não ser que haja deliberação sobre isso, porque só a Assembleia é que tem competência para reconhecer uma questão dessas. Além disso, fica ainda por esclarecer até que ponto verdadeiramente a entidade legítima para tomar atitudes dessas, para as pedir, que é a Câmara Municipal, se está solidária ou não com essa situação - não me consta, não me foi transmitido e não houve nada aqui sobre isso hoje."

Vogal Raul Martins:

"Sr. Dr. Mangerão, no meu Partido, nós fazemos os trabalhos de casa, e, na altura própria fizemos os trabalhos de casa sobre as Contas dos Serviços Municipalizados. Eu estou perfeitamente à vontade porque não tenho ninguém do PS assinar as Contas. Talvez a posição política mais adequada e mais violenta, fosse deixar vir a esta Assembleia as Contas; todavia os erros encontrados são de tal forma graves, que arriscávamo-nos a ficar conhecidos no país por este facto, o que é muito grave! é uma coisa que desdignifica qualquer Aveirense, seja da situação, seja da oposição. Foi por isso que eu falei com o Sr. Engº Vitor, e ele imediatamente consultou técnicos entendidos na matéria que lhe confirmaram esses erros, e, desde logo disse que iria retirar as contas e providenciar no sentido de fazer uma consulta pública para contratar uma Sociedade independente de Revisores Oficiais de Contas para fazer as contas, que obviamente têm de ser feitas no meu entender técnico, desde o tempo em que foram interrompidas como Contabilidade Patrimonial,

penso que foi no ano de 90, porque, penso que tudo a partir daí vai dar números completamente diferentes."

Vogal Vitor Mangerão:

"O que eu concluo, é que fico perfeitamente angustiado, das palavras do Sr. Dr. Raul Martins, é de prever que haja coisas tão graves, que até o levaram a conversar antecipadamente com o Sr. Eng^o Vitor, para que as Contas fossem retiradas. Pronto, e como o Sr. Eng^o Vitor, não refuta isto, eu, digo que, passe o diáfano pano da caridade sobre as contas porque eu não quero humilhar a cidade e o concelho de Aveiro."

Vogal Virgínia Veiga:

"Era só para pedir um esclarecimento no sentido do seguinte: há alguma deliberação da Câmara que permita retirar-se hoje a proposta sem mais. É que, como todos concordamos que há aqui situações no mínimo muito mal esclarecidas, se todos concordamos que não está em condições este Relatório, ele é posto à votação para ser retirado, e depois voltará outro concerteza."

Vogal Jorge Nascimenro:

"Pelo que depreendo não tenho capacidade para analisar as contas, não tenho essa formação, mas por aquilo que aqui foi trazido, trata-se de erro de natureza técnica que urge apurar. Portanto não vejo qual é a razão, desta Assembleia querer que se vote uma coisa que a própria preponente reconhece como não estando certa, porque disso foi informada em algum momento, que estas contas não estão correctas. Não vejo qual seja o interesse em estarmos aqui a apreciar uma coisa que a própria preponente ou elementos da preponente reconhecem que está mal. Sugiro então que se interrompa esta Assembleia para a Câmara ponderar se retira ou não a proposta, para entretanto ter a possibilidade de a corrigir e vir aqui uma coisa em condições que dignifique esta Assembleia.

Vogal Custódio Ramos:

"Confesso que estou preocupado com a questão, na perspectiva de que não foram cumpridas normas essenciais, penso que o Conselho de Administração vem aqui humildemente perante esta Assembleia colocar este problema técnico; devia em primeira instância colocá-lo ao órgão Câmara, porque não há ligações directas entre os

Serviços Municipalizados e esta Assembleia, quem responde perante esta Assembleia é a Câmara, é o Presidente da Câmara que, aliás ausentou-se, é curioso, como quem diz, o problema não é meu, mas é, o problema é da Câmara toda, e, eu acho muito estranho com a experiência do Sr. Engº Vitor há tantos anos nos Serviços, que caia numa situação destas - a Câmara propôs a esta Assembleia, em Abril, em tempo oportuno, a apreciação das contas, têm-las aqui para apreciação, e, não é agora o Presidente do Conselho de Administração individualmente, nem sequer o próprio Conselho colegialmente, que vem a esta Assembleia retirar a proposta. A questão que hoje se coloca, é a de que afinal quem elaborou o documento reconhece que ele tem erros técnicos graves, e, eu neste momento não sei ainda quais são esses erros técnicos, porque também não percebo nada disso, eu já não tenho dúvidas em votar contra a aprovação do documento tal como ele está elaborado, porque o Sr. Engº Vitor é o primeiro a reconhecer a existência desses erros. Depois isto levanta uma série de questões subsequentes, nomeadamente uma outra perspectiva que é, de que seja esta Assembleia a deliberar tão somente, suspender os trabalhos. Se formos nós a deliberar suspender os trabalhos, quando temos na frente uma proposta para apreciação, nós é que ficamos com o ónus perante a opinião pública, de que afinal esta Assembleia não anda nem para trás nem para a frente, e, esta Assembleia não tem culpa nenhuma dos erros técnicos que existem. Por outro lado, eu não aceito minimamente que os nove membros da Câmara reunidos colegialmente sejam os últimos a saber relativamente a este erro, não aceito isso! quem responde perante esta Assembleia, é o Presidente da Câmara em nome da Câmara, é o Executivo perante um órgão deliberativo, eu desta não saio meus amigos...! não me interessa que tenha havido combinações prévias entre pessoas individuais, aqui funcionam os órgãos colegiais! Portanto vamos à votação, o documento vai chumbar, porque até o PP tem que votar contra face aos erros. E, há uma outra questão que eu quero esclarecer, quando os Auditores, resolverem os problemas técnicos deste documento, o que é que eles vão resolver? não vão resolver nada! o Tribunal de Contas já lá tem este processo. Esta apreciação na Assembleia é política, e, Sr. Engº Vitor, politicamente o documento chumbou! mas também não produz efeitos jurídicos nenhuns; portanto o Sr. está à vontade para proceder às rectificações que entender da melhor

forma técnica, e, quando estiver tudo pronto, seja em Dezembro, apresenta o documento aqui na Assembleia, com todos os problemas técnicos resolvidos. O que está aqui em causa é uma apreciação política, o julgamento esse, é feito no Tribunal de Contas, e o Sr. não vai alterar aquilo que já lá está há um mês ou dois. Portanto penso que deve ser posto à votação e não há outra saída, porque qualquer saída que não seja esta, é absolutamente ilegal."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, eu propunha que os trabalhos se suspendessem durante cinco minutos para ponderar o que é que se vai fazer, para a minha bancada pelo menos conferenciar e, eventualmente com as bancadas dos outros Partidos."

Vogal Cruz Tavares:

Sr. Presidente, eu julgo que a situação do ponto de vista Regimental só tem uma saída, e, acho que poderá ser útil para separar as águas, e cada órgão, Câmara e Assembleia Municipal, assumir as suas responsabilidades sem haver antagonismo deliberado ou qualquer outro intuito que possa ser especulado em relação a esta atitude. A Câmara propôs a esta Assembleia uma determinada ordem de trabalhos que neste momento não está em condições nem de retirar nem de alterar - a proposta surgida aqui na Assembleia como uma possível alternativa à votação, que é a minha alternativa, suponho que não haverá outra senão a votação da proposta apresentada pela Câmara; a alternativa que foi sugerida de uma suspensão de trabalhos tem que ser encarada do ponto de vista de representar de facto uma nova proposta da Câmara, que será pelo menos daqui a dois meses ou mês e meio pelas perspectivas que aqui foram apresentadas, ou seja, a suspensão na prática é inviável, parece-me que a única via que nos resta, é a de levar até à votação, que parece que está clara, está transparente, a proposta que é a única que neste momento existe."

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Disse também ser de opinião que não haverá alternativa legal e que portanto não haverá mesmo outra hipótese que não seja a de votar a proposta apresentada pela Câmara, sendo que, a votação aqui, concerteza que terá um efeito útil que se pretendia com a interrupção dos trabalhos, e que, é na mesma permitir à Câmara fazer as alterações que

entender fazer, só que aí dentro da total legalidade e sem que, nós Deputados Municipais tenhamos passado por cima da lei"

Seguiu-se uma breve troca de impressões, posto o que o Sr. Presidente da Mesa, suspendeu os trabalhos por quinze minutos.

Retomados os trabalhos e depois da várias forças políticas terem trocado impressões sobre a matéria em discussão, acordaram em que fosse posto à votação, o ponto agendado pela Câmara Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu o Relatório de Gestão e Contas dos Serviços Municipalizados, relativo a 94, à votação da Assembleia, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria de vinte votos contra, sendo oito do PSD, sete do PS, quatro do PP e um da CDU e seis abstenções do PP.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Jorge Nascimento, nos seguintes termos: - " A bancada do PP, votou predominantemente abstenção, porque entende que o julgamento deste órgão, é um julgamento também predominantemente político. Pelos dados que conhece, entende que, o erro das contas claramente assumido pelos membros do órgão Executivo aqui presentes, tem natureza técnica, e, nesse sentido a bancada do PP não poderia nunca votar a favor porque também reconhece que as contas estão tecnicamente erradas; no entanto a sua abstenção é no sentido de não reprovar completamente o comportamento político do órgão Executivo ao trazer aqui esta proposta, uma vez que, como disse e sublinho, o erro tem natureza técnica."

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - " O voto contra, relativamente a este documento, não significa tão só que o erro seja estritamente técnico; de facto, o exercício dos cargos de Vogal e Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, que é fundamentalmente o que está em causa, esse exercício é estritamente político; daí que, ao apresentar o documento a esta Assembleia e, um mês ou dois depois reconhecer publicamente que ele contém erros técnicos, significa que a gestão política e a gestão em sentido técnico não foram correctos durante onze meses largos atrás.

Daí que, a bancada do PS, tinha que obviamente votar contra o documento, formulando um juízo político, que é o de uma gestão que não consideramos de facto correcta."

Do Vogal Vítor Mangerão, nos seguintes termos: - " O voto contra da bancada do PSD, significa essencialmente o seguinte: em primeiro lugar, a impossibilidade de votar de outra qualquer forma um documento reconhecidamente errado. Em segundo lugar, a impossibilidade de haver outra solução em termos de direito que não fosse o votar um documento que estava agendado para esta Assembleia Municipal. Em terceiro lugar, a necessidade de ficar bem claro que, não há responsabilidade técnica num órgão autárquico que não tenha concomitantemente a responsabilidade política de quem o gere."

**PONTO Nº 4 - PETIÇÃO SUBSCRITA POR UM GRUPO DE CIDADÃOS,
APOIANDO A DESIGNAÇÃO DO PATRONO DA ESCOLA
SECUNDÁRIA Nº 1 DE AVEIRO.**

NOTA. - A petição em epígrafe já foi distribuída por todos os Srs Deputados Municipais, encontrando-se também apenas ao original desta acta.

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, usou da palavra a Vogal:

Virgínia da Silva Veiga:

"Em termos muito resumidos a proposta apresentada, é, em primeiro lugar uma proposta do próprio Conselho Directivo da Escola; em segundo lugar, é subscrita por cidadãos nem todos residentes em Aveiro, no entanto cidadãos, todos eles com algum amor sério por Aveiro.

Mário Sacramento, foi uma personalidade local marcante, importa pouco se aqui nasceu; foi um democrata ilustre, foi um escritor ilustre e foi também um médico ilustre no sentido melhor do termo, um

médico conhecido publicamente por não ter hora de vida, nem de sossego, para atender todas as pessoas que se lhe dirigiam, nem sempre recebendo um tostão por isso. Foi também e é, um símbolo da vida que hoje temos, e que devemos a pessoas como ele, a pessoas que sofreram o que foi o antigo regime. Por tudo isso, eu julgo que é uma das pessoas que Aveiro há muito tempo deveria de ter homenageado condignamente; se a própria Escola, os próprios Conselhos Directivos vão sucessivamente sugerindo o seu nome, só lamento que me não tenham pedido a assinatura, têm concerteza hoje o meu voto."

Vogal Sérgio Esperança:

"A petição que foi presente a esta Assembleia Municipal, subscrita pelos cento e dezoito cidadãos, tem que merecer da nossa parte o evidente apoio, porque não será nunca demais reconhecer perante a cidade e poder perpetuar através da inscrição do nome de Mário Sacramento numa Escola, não haverá uma outra forma tão digna para a nível regional, de perpetuar um nome bem conhecido. No caso da Câmara, e esperamos bem que sim, subscrever esta recomendação, que entendemos que a Assembleia Municipal deverá aprovar, concerteza dentro de alguns anos o nome de Mário Sacramento será lembrado, porque os jovens terão a preocupação em saber quem é o Patrono da sua Escola, e, essa será de facto um modo de perpetuar a sua memória. O reconhecimento público através desta assembleia Municipal ao decidir aprovar a recomendação ao Executivo da Câmara Municipal de Aveiro, o reconhecimento da figura pública do cidadão de corpo inteiro, o político interveniente, assumidamente comunista, o escritor renomado, o conselheiro e amigo sempre ao dispôr, exige de facto uma singela homenagem da cidade de Aveiro - não será ainda a homenagem nacional que um dia o Dr. Mário Soares, nosso actual Presidente da República, sugeriu que lhe deveria ser prestada, mas penso que, de facto como uma homenagem da cidade, se justifica perfeitamente subscrever a proposta de recomendação que hoje aqui nos chegou."

Vogal Manuel António:

"Bom, estes considerandos apelam muito à história, à história da Escola, à história do município e, eu acho que, não tenho uma opinião ainda formada sobre isto, porque eu desconheço a história. Desconheço porque é que há vários anos Mário Sacramento, é o Patrono daquela

história, porquê? como é que surgiu? não nos é aqui dito nada sobre isso. Porque é que a Câmara bloqueou esta decisão? mas bloqueou porquê? quais são as razões? de certeza que as há; eu também gostaria de saber. Acho que é bom que a Escola tenha um patrono, que os miúdos tenham uma referência, mas porque é que ainda não a têm? de certeza que há razões válidas que apontam para aquela Escola ainda não ter uma referência, uma vez que as outras nossas Escolas têm todas uma referência. Por isso, parece-me que há aqui vários factores da Escola, da história, que são precisos clarificar e, eu gostaria de clarificar.

Quanto ao Mário Sacramento, li algumas coisas sobre a vida dele, bom, aquilo que li realmente, dizem que é um intelectual, nasceu em Ílhavo, e, eu penso que o nascer em Ílhavo e viver em Aveiro, significa que é realmente um Aveirense, porque eu prezo mais, são as pessoas que realmente vivem em Aveiro, do que propriamente aquelas que nasceram em Aveiro e que depois não têm nada a ver com Aveiro e, por isso pode ser uma referência não digo que não, mas gostava de saber porquê, Mário Sacramento e não St^a Joana, e não o Eusébio e não uma série de outras figuras públicas que também poderiam ser muito importantes e também referências à cidade de Aveiro, assim como é o Homem Christo, assim como é José Estêvão, assim como é João Afonso de Aveiro, porquê? há uma série de questões que gostaria de ver tratadas aqui."

Vogal Carlos Santos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer claramente que votarei favoravelmente esta petição. Alguém aqui se referiu a cidadãos com amor, também há cidadãos que funcionam muito com o coração, e, este problema é uma questão essencialmente afectiva e, quem foi vizinho desta família, quem foi vizinho de Mário Sacramento, quem conviveu com os filhos como nós convivemos, que são da nossa geração, quer queiramos quer não, não podemos comparar o Dr. Mário Sacramento, a Eusébio, a outras personalidades quaisquer que elas sejam. Foi uma figura que viveu em Aveiro, toda a sua família viveu em Aveiro, devo dizer que a esposa e a filha são professoras nesta Escola, e, eu julgo que funcionando com o coração vou votar claramente e favoravelmente esta petição."

Vogal Custódio Ramos:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

"Eu seria capaz de subscrever alguns dos considerandos da petição, nomeadamente quando se lê: "que só por consenso será possível dotar a Escola de um Patrono, que seja uma referência para os seus jovens alunos". Eu estou de acordo com isso e diria mais, em matéria de Educação, não há ideologias, não há partidos políticos, em matéria de Educação devemos todos procurar sempre o consenso porque está em jogo, os filhos, está em jogo a vida dos filhos, dos netos, das gerações, e, em matéria de filhos não temos dúvidas que todos pensamos igual na medida em que queremos o melhor para os nossos filhos. Daí que, não tendo eu filhos para mandar para esta, nem nenhuma Escola das que existem a este nível secundário em Aveiro, porventura terei netos dentro de alguns anos, eu preocupo-me com estas questões e subscrevo esta pequena parte que diz que: " deve haver uma procura por consenso". Quando nasce um filho, os pais questionam-se e questionam os avós e os sogros, a perguntar: qual é o nome que havemos de dar aos nossos filhos? e, é mau, quando um dos conjugues diz ao outro, este não! eu penso que não é assim que as coisas acontecem, todavia invertendo a petição, passando à parte substantiva, o que é que nós conseguimos daqui tirar? conseguimos tirar que, contrariamente ao que diz o considerando, onde se diz que: "Mário Sacramento merece ser indicado também" e, eu aí subscrevo, acho que sim, também é candidato, não o excludo - o que eu me recuso é a subscrever a parte substantiva onde se diz: "indicar Mário Sacramento para Patrono", eu não tenho que indicar nada! esta Assembleia não tem que indicar nada! nós temos é que dizer, que também este pode ser candidato! aliás como diz o quarto considerando, e, eu estou de acordo que também seja indicado. Não vou obviamente analisar a figura de Mário Sacramento, a sua vida, há elementos conhecidos mais que suficientes que o consideram de facto um cidadão exemplar de Aveiro, apesar de ele ser de Ílhavo, não está isso em causa, Aveiro já o homenageou quando colocou uma Rua com o seu nome, e a questão que se coloca aqui não é a de saber se ele merece mais ainda, não é isso que está em causa, eu aí estou de acordo, ele merece mais ainda! o problema é outro, é nós dizermos expressamente que a Escola nº1 deve chamar-se Mário Sacramento; estamos a excluir outros nomes! eu posso sugerir a esta Assembleia outros nomes, por exemplo: querem um de direita? Aires Figueiredo Barbosa. O Padre Fernando de Oliveira, este é de esquerda!

enfim, se fôssemos a ler o livro da edilidade arranjavamos aqui muitos outros nomes para sugerir, mas eu não venho aqui sugerir nomes, só venho pôr em contraponto este pensamento, é que ao dizermos, tem que ser Mário Sacramento, eu digo estou em desacordo, agora se me disserem que, Mário Sacramento também é uma hipótese a considerar entre muitas, aí estou de acordo. Esta Assembleia não tem que dizer a ninguém nem à Câmara, nem à Escola que baptizem a Escola nº 1 com o nome de Mário Sacramento.

Como a parte substantiva da petição é no sentido de que se deve obviamente indicar exclusivamente Mário Sacramento, eu tenho que votar contra a parte substantiva."

Vogal Vitor Mangerão:

"Para mim o problema é este, Mário Sacramento ainda é um nome vivo em Aveiro, morto ainda há relativamente pouco tempo, ainda é um nome vivo, e, como tal é um nome que cria divisões, sobre o qual se polemiza ainda, ou seja, ao querer atribuir este nome é preciso ver até que ponto é que ele é consensual, ou seja, se ele cria mais unidade ou mais divisão à volta do significado que ele pode dar e que ele pode significar neste momento. Eu não posso falar com o coração em relação a isto, porque estas questões não se envolvem apenas em aspectos emotivos, não foi com essa intenção que os peticionários se deram ao trabalho de escrever a petição. De maneira que, acho que o processo de consenso em relação ao nome de Mário Sacramento, é um processo que realmente não está acabado, é ainda demasiado recente, há coisas demasiado presentes no espírito das pessoas, eu temo que a atribuição desta forma, do nome a um Estabelecimento de Ensino em Aveiro, não vai ser já a homenagem mínima que Mário Sacramento significava e merecia eventualmente, já tem uma Rua e não é uma Rua pequena, pode antes pelo contrário suscitar divisões maiores do que o consenso que ele pode trazer em si, eu temo isso, e, então nesse sentido eu preferiria que não se fosse tomar uma opção da maneira como foi peticionada a Assembleia."

Vogal Jorge Nascimeto:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, comungo do que aqui foi dito por todos, quanto a quem foi o ilustre Dr. Mário Sacramento, na verdade reconhecidamente um homem dado aos outros, um altruista, um grande médico, um cidadão do ponto de vista da

cidadania estrita, exemplar. No entanto o Dr. Mangerão, queimou-me por assim dizer a minha intervenção. Eu entendo também que o nome de Mário Sacramento hoje, nesta fase da história, dado a uma Escola, é um factor de estrita divisão, e, eu digo porquê - é sabido que hoje se vive, não vamos ser ingénuos, se vivem fracções de enquadramento ideológico, penso eu que o nome de Mário Sacramento dado a uma Escola e, perdoem-me, com todo o respeito pelo grupo ideológico em que a pessoa, o cidadão exemplar, Mário Scaramento se enquadrou, não deixaria de se conotar aquela Escola como uma Escola comunista; não é que eu tenha nada contra comunistas, simplesmente isso será factor de grande divisão da Escola. Portanto, penso eu, que além de uma homenagem, longe de ser uma homengem, será um foco de hostilidade, porventura entre os alunos da Escola; e, depois, também sendo frontal, Mário Sacramento é uma referência em múltiplas facetas da sua personalidade, todas aquelas de positivas que aqui foram referenciadas; agora para mim, e para muita gente de Aveiro, pois ele do aspecto político não é uma referência, e portanto eu entendo muito frontalmente, sem andar com rodeios que, embora Mário Sacramento não seja excluído da lista dos indicados para Patrono da Escola, não deve ser único, e, devo dizer, se eu fosse do Conselho Directivo da Escola, muito claramente votaria contra."

Vogal João Peixinha:

"Não está em causa questões políticas, nem o caso do Dr. Mário Sacramento, se como o Carlos Santos referiu, nós convivemos com os filhos dele, mas para mim e olhando para esta sala, de certeza que há aqui pessoas e há aqui várias pessoas que foram alunos na antiga Escola Comercial, hoje Secundária nº1, e de certeza que terão a mesma opinião que eu: o que é que o nome do Dr. Mário Sacramento representa para aquela Escola? se ainda fosse o nome da esposa, Cecília Sacramento, na qual há muitas anos lá leciona, ainda eu concordava, agora comungo também da opinião do meu camarada de bancada Custódio Ramos - acho realmente que o nome do Dr. Mário Sacramento deve ser incluído num lote de outros professores, de outras pessoas cá da terra, inclusivé antigos professores daquela Escola que decerto darão uma imagem totalmente diferente, daquela que o Dr. Mário Sacramento poderá dar, atendendo a que realmente eles sim, representaram qualquer coisa e continuam a

representar ainda na nossa memória, como pessoas muito ligadas àquele estabelecimento de Ensino."

Vogal Sérgio Esperança:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, desculpem voltar a intervir, não vou aduzir os argumentos que vão convencer alguém, porque de facto os Srs. Deputados têm as suas ideias formadas, e, neste caso, pré-formadas, o que eu lamento, mas queria só dar dois esclarecimentos em relação a algumas intervenções que foram feitas - não estamos aqui, nem essa forma legal de ser discutida pela Assembleia o permite, discutir a petição ponto por ponto, ou os seus considerandos. A Assembleia Municipal tem que se debruçar sobre um aspecto que é uma recomendação à Câmara Municipal para que delibere no sentido de subscrever a indicação de Mário Sacramento para Patrono da Escola. Portanto o problema de sugerirem outros nomes ou não, não compete a esta Assembleia Municipal, o problema de discutir a forma como os considerandos estão feitos não nos compete a nós, foi redigido pelos subscritores, aparece aqui já nesta fórmula, portanto nós temos que nos debruçar é sobre a figura do Patrono a atribuir àquela Escola, e, neste caso sermos a favor ou contra a indicação do nome de Mário Sacramento."

Presidente da Mesa:

"Na realidade a proposta é clara, é uma petição foi apresentada à Assembleia Municipal, e, é isso que está para decisão. Foi discutida, as pessoas estão suficientemente esclarecidas sobre esta matéria e, eu vou submeter à votação a proposta tal como está apresentada."

Entretanto o Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra para esclarecer que este processo data já de 91, pensando até que esta matéria chegou mesmo a ser já abordada nesta Assembleia. Acrescentou que a iniciativa da indicação de Patronos pode partir de duas entidades: ou do Conselho Directivo da respectiva Escola, ou da Câmara Municipal. Neste caso concreto a iniciativa partiu da Conselho Directivo da Escola, aliás, referiu que, a Câmara Municipal em todos os nomes dos restantes Estabelecimentos de Ensino não indicou qualquer nome, esperou sempre que os Conselhos Directivos se pronunciassem sobre a indicação dos nomes. Todos os nomes apresentados à Câmara, foram de imediato

submetidos à Comissão de Cultura, e, sempre o parecer desta Comissão foi aceite pela Câmara Municipal. Neste caso, a Escola tomou a iniciativa, o processo foi submetido ao parecer da Comissão de Cultura, a qual, além de Mário Sacramento, indica outros nomes, como por exemplo o de Francisco Augusto da Silva Rocha. Nestas circunstâncias, este parecer da Comissão de Cultura foi aceite pela Câmara. Seguidamente o Conselho Directivo, organizou o processo, remeteu-o ao Sr. Secretário de Estado da Cultura, uma vez que nos termos da lei é a ele que compete decidir, estando a proposta neste momento nas mãos do Sr. Secretário de Estado e, se esta entidade decidir Mário Sacramento, pois a Câmara aceitará essa escolha; se decidir Silva Rocha a Câmara aceitará também, sendo em suma esta, a situação existente.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, posto o que, o Sr. Presidente da Mesa submeteu a proposta em epígrafe à votação da Assembleia, tendo a proposta em causa sido rejeitada por onze votos contra, sendo oito do PP, dois do PSD e um do PS; seis votos a favor, sendo quatro do PS, um da CDU e um do PSD e nove abstenções, sendo cinco do PSD, duas do PS e duas do PP.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Manuel António, nos seguintes termos: - " Abstive-me, porque depreendo pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara que, ao contrário daquilo que tem acontecido em anteriores mandatos desta Câmara Municipal, está receptiva a que, se o Conselho Directivo propuser um nome, esta Câmara o aceitará, e, por isso, esta petição não tem razão de existir."

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - " Abstive-me também, porque esta votação é perfeitamente inócua. Se me é simpática a imagem, e, tenho respeito e admiração pelo Dr. Mário Sacramento, pela sua figura de humanista, homem de cultura e homem solidário; chegámos à conclusão de que não estamos aqui a fazer nada ao votar e, não compreendo porque é que os peticionários submeteram esta petição à Assembleia, uma vez que não tem quaisquer resultados práticos."

Do Vogal Sérgio Esperança, nos seguintes termos: - "O nome e a personalidade de Mário Sacramento, deveria e merecia ter sido indicado como Patrono da Escola Secundária nº 1 de Aveiro; e, o sempre invocado espírito liberal e tolerante, conforme diz na petição, de Aveiro, infelizmente não foi aqui verificado. Foram apenas razões de ordem política/ideológica, na nossa opinião, que conduziram à rejeição da petição e à vontade da própria Escola."

Do Vogal Carlos Santos, nos seguintes termos: - "Votei a favor desta petição pelas razões atrás enunciadas. Não fui aluno da antiga Escola Comercial de Aveiro, mas não concordo com algumas alusões que aqui foram feitas de que o nome seria um factor de divisão entre alunos, entre professores, entre pais de alunos. Julgo que a política partidária nunca dividiu tanto as pessoas em Aveiro, e, julgo que o Dr. Mário Sacramento foi uma figura de Aveiro e foi uma figura respeitada em Aveiro."

Do Vogal Vitor Mangerão, nos seguintes termos: - "Votei contra, porque tratava-se de acolher ou não, os exactos termos em que um grupo de cidadãos peticionou esta Assembleia; e, da forma como o assunto foi posto considereei que não havia clareza suficiente e possibilidade de aprofundar o assunto como deve ser, para tomar uma opção que, a ser positiva, poderia não ser suficientemente consequente."

Do Vogal João Peixinha, nos seguintes termos: - "A minha abstenção, baseia-se no facto de realmente existirem outras pessoas, outros nomes, que dizem mais à Escola, que realmente o nome do Dr. Máro Sacramento."

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - "Votei contra e em consciência, nos termos precisos da exposição que fiz durante o debate; não exclui o nome de Mário Sacramento como uma das hipóteses, que aliás a Câmara veio confirmar, o que eu disse foi que, votava contra a exclusão de outros, em favor unicamente desta hipótese."

Vogal Virgínia da Silva Veiga: - "Votei a favor, apesar dos esclarecimentos aqui dados pelo Sr. Presidente da Câmara. Porque, a corresponderem à verdade formal da situação, o pedido de recomendação não deveria ter sido dirigido à Assembleia Municipal, mas a recomendação deveria ter sido dirigida directamente já à Secretaria de Estado da Cultura. No entanto, por uma questão de princípio e por entender que não é inócuo o resultado da votação nesta Assembleia, e, por entender também que, conforme foi aqui explicitado, é ao Conselho Directivo, e tem sido essa a tendência dos sucessivos Conselhos Directivos, que compete indicar o nome para Patrono da Escola.

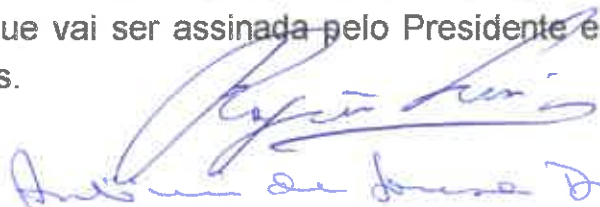
Não posso, contudo, deixar de fazer notar que a propósito da indicação deste nome há pessoas que tomam atitudes que não me parecem muito democráticas, mostrando complexos que há muito deveriam ter deixado de existir. É que, se Mário Emílio Sacramento pertenceu efectivamente ao Partido Comunista foi em tempo e circunstancialismos que nem sequer nos podem fazer permitir que pertenceria hoje. Mário Emílio Sacramento serviu hoje aqui mais uma vez para ilustrar uma atitude, quanto a mim, de pouca clarificação democrática: Aveiro podia ter mostrado que afinal é aberto mesmo a quem pertence ao Partido Comunista."

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

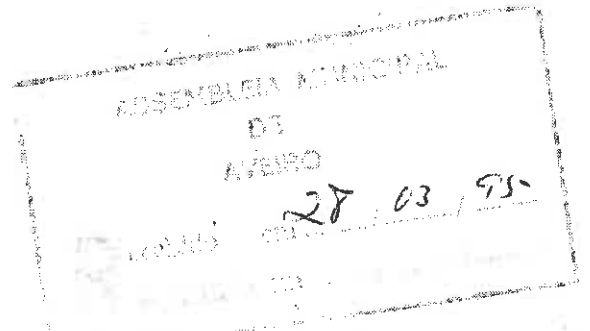
Era 01Hora e30 minutos do dia 03.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Jesus Diniz
foi Pedro Soares

— Petição —

À Câmara Municipal de Aveiro
 À Assembleia Municipal de Aveiro



Considerando:

- que o Conselho Directivo da Escola Secundária nº 1 de Aveiro, tendo em devida conta a opinião de professores, alunos e antigos alunos daquele Estabelecimento de Ensino aponta, há vários anos, Mário Sacramento para Patrono da Escola;
- que a Câmara Municipal de Aveiro, em anteriores mandatos, bloqueou uma decisão oficial nesta matéria, sugerindo nome diferente do que é proposto pela Escola;
- que só por consenso será possível dotar a Escola de um Patrono, que seja uma referência para os seus jovens alunos;
- que Mário Sacramento merece ser indicado também pelo Município, pela sua figura de intelectual, de democrata, de cidadão exemplar, e de aveirense, porque é legítimo chamar aveirense a alguém que nasceu a dois passos daqui e aqui passou grande parte da sua vida.

Os cidadãos abaixo assinados, dirigem-se, sob a forma de petição:

- a) À Câmara Municipal de Aveiro para que reconsidere a posição anteriormente tomada e para que, em nome do sempre invocado espírito liberal e tolerante de Aveiro, apoie e subscreva a indicação de Mário Sacramento como Patrono da Escola Secundária nº 1 de Aveiro;
- b) À Assembleia Municipal de Aveiro para que aprove uma recomendação à Câmara Municipal para que esta delibere no sentido da alínea anterior.

Primeiros subscritores:

Adriano Miranda; Aldina Miranda; Alexandre Duarte; Américo Fernandes; Américo L. Freitas; Ana Magalhães; Ana M. Barreto; Ana Olga Curado; Ana Paula C. C. Lemos Medeiros; Ana Pinto Jorge; Angelina D. J. P. Bórtolo; Angela Nolasco S. Borges; Aníbal Guerra; António A. M. Correia; António Bidarra Fonseca; António M. Regala; António M. Vieira da Silva; António Paulas; António Salavessa; Arinda S. Figueiredo; Arménio de Figueiredo; Artur Ramisio; Aúrea Lemos; Carlos A. R. Dias; Carlos Jerónimo; Celestina S. Oliveira; Clara Maia Sacramento; David Valente de Almeida; Eduarda Senos; Eneida Faria; Ester Campos; Fernando Celso A. Miranda; Fernando José S. M.; Helder Costa; Helder Tércio Guimarães; Hernani Silva; Isabel Curado; Isabel M. Fonseca Vieira; Jaime R. Machado; João José M. Barbosa; João M. Pereira; João P. Lemos; Joaquim Silva; Jorge A. Santos Seabra; José A. Pinto da Costa; José Amaro; José E. G. Ançã; José F. Silva; José Gouveia; José I. Grilo; José Júlio S. Barreto; José M. Torrão Sacramento; José P. Costa; José M. Bexirão; José P. Rodrigues; Justino D. Vital; Luis A. Campos C.; Luis Eduardo Ramos; Luis Lima Ramos; Manuel A. Vaia Reis; Manuel A. Morais Sarmento; Manuel de Andrade; Manuel da Costa e Melo; Manuel F. Marques; Manuel Gouveia; Manuel Marques Dias; M. Santos Pires; Manuela Seabra; Manuela Seça Neves; Manuel Vaz Velho; Mário A. S. Faria; Martinho de Almeida; M^ª Arminda Gonçalves Teles; M^ª Augusta Machado; M^ª Bernardete A. Morais; M^ª B. Lemos; M^ª Conceição Freitas; M^ª Emília Miranda; M^ª Fernanda G. Santos; M^ª Fernanda Graça; M^ª Fernanda O. Simões; M^ª Figueiredo; M^ª Flávia Lourença; Margret Gunther Nonell; M^ª Helena Couceiro; M^ª Helena Costa e Melo; M^ª Isabel R. Estrela Esteves; M^ª de La Salette S. Fernandes; M^ª Lurdes Sacramento; M^ª Manuela Antunes Silva; M^ª Manuela P. Melo; M^ª Piedade Fonseca Vieira; Mário da Rocha; M^ª Rodrigues Pereira; Marília R. Neto; M^ª Rosa Mieiro Campos; Milton Santos Bórras; M^ª Vitória Neto; Noémia Domingues Vital; Olga M. Serra Grilo; Porfírio J. Almeida; Raul Silva; Rui Figueiredo; Sérgio P. N. Rodrigues Silva; Vasco da Maia F. Borges; Virgínia Moura.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 31

ACTA EM MINUTA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos dois dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e cinco, realizou-se a terceira reunião da sessão ordinária do mês de Abril da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutido mereceram a seguinte votação:

2 - CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1994;

POR MAIORIA DE 15 VOTOS CONTRA COM 12 VOTOS A FAVOR E 2 ABSTENÇÕES É REJEITADO O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES.

POR MAIORIA DE 11 VOTOS A FAVOR 6 VOTOS CONTRA E 10 ANSTENÇÕES É APROVADA A CONTA DE GERÊNCIA.

3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1994;

REJEITADO POR MAIORIA DE 20 VOTOS CONTRA E SEIS ABSTENÇÕES.

4 - PETIÇÃO SUBSCRITA POR UM GRUPO DE CIDADÃOS, APOIANDO A DESIGNAÇÃO DO PATRONO DA ESCOLA SEC. Nº 1 DE AVEIRO.

REJEITADA POR MAIORIA DE 11 VOTOS CONTRA 6 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES.

Submetida à votação, foi a presente acta em minuta aprovada por unanimidade.

Arturo de Sousa Duarte
Arturo de Sousa Duarte
Arturo de Sousa Duarte

[Handwritten signatures and marks in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 32

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, compareceram os seguintes membros da Assembleia Municipal a fim de participarem na sessão ordinária do mês de Junho, para aquele dia convocada: Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Rogério da Silva Leitão, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, António Sousa Dinis Correia, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Artur José Lopes Lobo, João Tavares Duarte, Ermelinda Clara Ribeiro Costa, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Custódio das Neves Lopes Ramos, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha e João Alberto Simões Barbosa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais: Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Carlos Filipe de Andrade Neto Barndão, Fernando António